

Clarice Romero Campos
Roseane Pimentel Rhodes Gonçalves Fernandes

CRAS-CREAS: um diálogo necessário

Vitória, 09 de outubro de 2019

CRAS-CREAS: um diálogo necessário

Apresentação:

Em 2014, a partir da observação de vários impasses relatados pelas equipes Cras na relação com os Creas, a gerência responsável pelos Cras tomou a iniciativa de provocar uma reunião com a gerência responsável pelos Creas para dirimir dúvidas em relação a fluxos e encaminhamentos.

As duas gerências observaram que havia uma fragilidade ou até inexistência de orientações e fluxos para diversas situações, além do desconhecimento da metodologia de trabalho da equipe de um serviço com relação ao outro.

Nesse sentido, foi formada uma Comissão composta por representantes técnicos e gestores das referidas gerências, agregando ainda a gerência de gestão do SUAS. Nessa ocasião, o grupo se autodenominou Comissão CRAS-CREAS.

Um dos primeiros frutos dessa Comissão foram os Encontros CRAS-CREAS realizados durante os meses de agosto e setembro de 2015, com participação das equipes técnicas e gestoras desses equipamentos públicos da Política de Assistência Social, além de representantes das equipes de Serviços de Convivência, que logo a partir das primeiras reuniões também passou a integrar a Comissão e ajudou na organização dos Encontros CRAS-CREAS.

Foi proposta a realização de 03 encontros, dos quais participaram técnicos de nível superior, educadores, oficinairos e coordenadores locais, bem como técnicos e gestores das gerências envolvidas. Essa primeira rodada de Encontros Cras-Creas deixou muitos pontos encaminhados (como a primeira sistematização de fluxos de atendimento a famílias acompanhadas) mas também indicou a necessidade de uma nova rodada de Encontros com as equipes da básica e da especial de média complexidade.

Isto posto, a Comissão seguiu com reuniões quinzenais objetivando a realização de uma segunda etapa de encontros ainda no ano de 2015, em dezembro. Nesse momento entendeu-se que os Encontros deveriam se denominar “Encontros PSB e PSE de Média Complexidade”, ampliando o entendimento inicial de que seriam encontros apenas entre CRAS e CREAS. Outros encontros foram realizados em dezembro/2015 e fevereiro/2016.

Nesse ano de 2016 discutiu-se todo o desdobramento das duas rodadas de Encontros realizados com as equipes, além da organização de um terceiro Encontro. Destaca-se que a construção de fluxos entre CRAS-CREAS foi um dos produtos dessas discussões que mais

impactou positivamente no trabalho das equipes, gerando aproximação e entendimento mútuos.

Em 20/04/2017 acontece a terceira Rodada de Encontro PSB-PSE de Média complexidade, nessa oportunidade unindo todos os territórios em dois grupos de trabalhadores, um pela manhã e outro a tarde. O objetivo desse Encontro foi a apresentação dos fluxos construídos e pactuados a partir das reuniões e discussões ocorridas em 2016.

A Comissão segue se reunindo durante o ano de 2017 e entende que deve agregar a Alta Complexidade também, passando nesse momento a se denominar “Comissão SUAS”. Com o decorrer do ano, percebe-se a importância de monitorar e avaliar os fluxos construídos e é dado início ao processo de avaliação pelas equipes nos territórios. Um instrumento avaliativo é disponibilizado para que os serviços de cada território socioassistencial se reúnam, discutam e apontem sugestões. O retorno feito pelas equipes locais mostra-se um instrumento valioso de gestão e a Comissão sistematiza e organiza o material para ser apresentado à gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social. Também organiza um momento de devolutiva da sistematização para as equipes e do posicionamento da gestão num Seminário previsto para ocorrer em Dezembro/2017.

Por diversos motivos, o Seminário de devolutiva da avaliação não se concretizou em Dezembro/2017. A Comissão, porém, se manteve e em 2018 voltou sua atenção para a necessidade de formalizar esse grupo através de Portaria designando-a como instrumento de apoio à gestão. Em 2019, a Comissão faz uma autoavaliação, considerando a importância de manter o espaço de debate vinculado às discussões nos territórios e a necessidade de resgatar o Seminário de devolutiva antes de dar os próximos passos.

Justificativa:

O atendimento de forma integral se apresenta como uma das principais fundamentações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que estabelece dois tipos de proteção social, a proteção social básica e a proteção social especial, e orienta que, conforme a necessidade, devem ter ações articuladas a partir da referência e contrarreferência no atendimento às famílias.

A criação de uma Comissão de articulação entre os diferentes níveis de complexidade do Suas, particularmente entre proteção social básica e especial de média complexidade, está

em consonância com diversas normativas da política de assistência social, em especial com a NOB SUAS/2012, da qual podemos citar a

“gestão integrada de serviços e benefícios e integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.” (NOB SUAS 2012).

Além disso, a mesma Norma Operacional destaca dentre os princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS (artigo sexto) a

“simplificação dos processos e procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, agilizando e melhorando sua oferta” e a “prevalência, no âmbito do SUAS, de ações articuladas e integradas, para garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios.” (NOB SUAS 2012).

Assim, destaca-se o objetivo da constituição dessa Comissão no sentido de favorecer a complementação do serviço, para que as pessoas tenham o atendimento de forma integral, com superação das dificuldades.

Buscamos com a Comissão SUAS a efetividade da referência e contrarreferência, estabelecendo momentos de diálogos entre os serviços dos SUAS no município, constituindo uma visão integrada dos (as) profissionais sobre as questões sociais vivenciadas pelos indivíduos e suas famílias atendidas, bem como, possibilita a construção conjunta de fluxos para encaminhamentos dessas demandas e principalmente o conhecimento dos serviços socioassistenciais existentes no território pela equipe de referência dos equipamentos;

Objetivos:

Os objetivos iniciais da Comissão formada limitavam-se a:

- Tratar de agenda comum aos dois níveis de complexidade (Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade);
- Oportunizar que as equipes de Cras e Creas ampliassem o conhecimento da metodologia dos dois principais serviços executados por Cras e Creas, quais sejam: PAIF e PAEFI;
- Articular ações conjuntas nos territórios;

- Fortalecer as equipes dos dois níveis de complexidade, ambas com relatos de resistência em atender determinadas situações em função do alto volume de demanda, inclinadas a culpabilizar o nível de complexidade oposto pelo não atendimento ao usuário.

Após os primeiros encontros e com o amadurecimento da Comissão, o principal objetivo passou a ser:

- Apresentação dos fluxos internos de cada nível de complexidade envolvido;
- Construção de fluxos entre Cras e Creas, até então inexistentes ou não formalizados.

Metodologia:

Essencialmente, nessa experiência utilizou-se da técnica de “construção coletiva”, entendendo essa como um processo negociado de construção por meio da convergência de ideias e significados, os quais são interpretados pelos indivíduos (ALMEIDA, 2008). A partir da exposição das normativas técnicas, dos relatos das experiências cotidianas vivenciadas pela equipe técnica e da problematização da influência das primeiras (normativas) nas segundas (experiências), desenhou-se uma organização do trabalho que tanto atende ao normatizado quanto ao experimentado no dia-a-dia do trabalho.

Dessa forma, o espaço privilegiado de construção foram as reuniões da Comissão e os encontros com as equipes técnicas dos serviços, momentos nos quais todos os questionamentos, dúvidas e contribuições eram verbalizados e posteriormente sistematizados pela Comissão.

Resultados alcançados

- Discussão, elaboração e construção de 09 fluxos diferentes entre Paif e Paefi;
- Realização de 08 Encontros com a equipe técnica da PSB e PSE de Média Complexidade, perfazendo uma média de 80 trabalhadores por Encontro;
- 50 reuniões de discussão e planejamento da Comissão.

Para atingir esses resultados, os recursos financeiros e humanos utilizados foram a própria equipe técnica e gestora dos serviços, além de utilização de espaços públicos disponíveis no município para os Encontros e reuniões. Importante citar a parceria de igrejas e entidades que, em determinados momentos, ofertaram espaço físico gratuitamente.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Márcio Dias de. A construção coletiva do conhecimento em grupos de trabalho: um estudo de caso. 2008. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/1527/1/Texto%20completo.pdf>. Acesso em 05 out 2019.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA – **NOB/SUAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.mds.gov.br/suas/resolucao-cnas-nº-109-2009-tipificacaonacional-de-servicos-socioassistenciais>. Acesso em 05 out. 2012



Encontro Comissão SUAS – Outubro/2019



Primeiro Encontro Cras-CREAS 2015